



## “Não é a Gabriela que faz o fascismo”. Comentário de Mário Dionísio à adaptação televisiva do romance de Jorge Amado

VANIA PINHEIRO CHAVES



Jorge Amado é desde o começo até hoje o escritor brasileiro mais conhecido, editado e lido em Portugal. É também o que mais vezes visitou o país e o que mais amplas e profundas ligações manteve, ao longo de toda a vida, quer nos meios literários e intelectuais, quer com gente anônima e simples. Difícil seria tentar listar os seus inumeráveis amigos portugueses, entre os quais se contam a atriz Beatriz Costa, os escritores Ferreira de Castro, Alves Redol, Álvaro Salema, Fernando Namora, o professor e estudioso da literatura portuguesa Luís Forjaz Trigueiros, o editor Francisco Lyon de Castro, o banqueiro português residente na Bahia Antônio Celestino, o administrador do Casino do Estoril, Nuno Lima de Carvalho, o ceramista José Franco, o pasteleiro Manuel Natário, António dos Reis Vinagre, um dos chefes da portaria do Hotel Tivoli, as três proprietárias do Restaurante Amadora, no Parque Mayer, Mimi, Glória e Amadora. É tarefa que exige igualmente grande esforço reconstituir o que representou a obra de Jorge Amado em Portugal, antes e depois de ele ser considerado um “escritor maldito”, bem como precisar a influência que os seus romances exerceram sobre várias gerações.

Nas origens da fortuna crítica da obra amadiana em Portugal, o maior destaque coube a Mário Dionísio, então jovem teórico e crítico do Neorrealismo português, que teve função destacada na defesa do ideário neorrealista, em contraposição à postura do grupo presencialista, e que publicou, no final de 1937, uma série de três artigos<sup>1</sup>, que constituem a primeira tentativa de análise e interpretação dos romances de Jorge Amado, até aí editados. Nesses artigos, o autor de *Conflito e unidade da arte contemporânea* conseguiu driblar a censura salazarista atenta às “contaminações” provenientes do Estrangeiro e realizar uma leitura dos romances de Jorge Amado assente nas suas concepções sobre o realismo, a construção da personalidade, a linguagem, etc.

Segundo João Marques Lopes<sup>2</sup>, ele assumiu uma postura lúcida face ao risco em que incorria o neorrealismo (e em seu entender também Jorge Amado) de

preferir o estético em nome do político e social, realizando uma “valoração mista” do escritor baiano. Suas análises e interpretações – nem sempre semelhantes às de seus contemporâneos portugueses ou não e às de críticos de épocas posteriores – desaprovam o panfletarismo, a frágil construção das personagens, a linguagem mimética e pouco artística de *Cacau* e *Suor*, mas aplaudem as inovações do nosso escritor (histórias mais realistas, personagens verdadeiramente humanas e linguagem mais estilizada) em *Jubiabá*, *Capitães da Areia* e, sobretudo, em *Mar morto*, cuja prosa profundamente lírica é exaltada.

De acordo com o mesmo estudioso, a importância desses escritos decorre do fato de Mário Dionísio ter pioneiramente feito “interagir sociologia e narratologia, ao colocar o regionalismo de intenção social do escritor baiano sob o signo da vida contrastada, contraditória e dialética em cujo seio destaca os compromissos tácitos a que uma situação social, econômica, etc obriga os indivíduos”<sup>3</sup>.

Mais de trinta anos depois, Mário Dionísio volta a se interessar pela obra de Jorge Amado, ao publicar o artigo que aqui se reedita<sup>4</sup>. Este texto foi escrito a propósito da novela da TV Globo inspirada em *Gabriela, cravo e canela*, que, naquela altura estava sendo exibida em Portugal e fazia parar o país inteiro das 8:30 às 9:00 da noite.

O crítico português começa por referir que as pessoas de cultura literária estavam indignadas com as alterações que o romance sofria na versão televisiva, daí resultando uma segunda Gabriela. Reconhece, contudo, que a excelência da representação aliada à fidelidade à intenção da obra permite aceitar e mesmo apreciar a telenovela, dado que não é

<sup>1</sup> “A propósito de Jorge Amado – I, II e III. *O Diabo* n. 164, 165 e 166, Lisboa, 14 e 21 de novembro, 3 de dezembro de 1937.

<sup>2</sup> “Introdução” in Mário Dionísio, [*Érico Veríssimo*] *Um romancista brasileiro* (edição de Vania Pinheiro Chaves), Lisboa, CLEPUL.

<sup>3</sup> Op. cit., p. 13.

<sup>4</sup> Opção nº 76, Lisboa, 6/10/1977.

# «Não é a Gabriela que faz o fascismo»

Ri-PA 3-loc20-002

A pessoa que me pede telefonicamente (com a pressa habitual) este depoimento e à qual pergunto a que horas lhe posso dizer se tive tempo de escrevê-lo responde-me a rir: “As 9, depois da Gabriela...” Nem eu lhe poderia falar antes disso, exactamente pela mesma razão...

É, sem dúvida, um fenómeno sem precedentes entre nós. Das oito e meia às nove da noite, o país inteiro está preso ao televisor para ver a última do coronel Ramiro, as argúcias de Mundinho e seu pequeno grupo da “oposição”, as preocupações entenebrecidas do Nacib e as, mais ou menos ratonas, do coronel Coriolano, a “militância” das grandes damas de Ilhéus, as botas e as pistolas do Melk e do Amâncio, as confidências de Malvina-Jerusa, o que se passa no Bataclan, se Chico Chicão conseguiu escapulir-se ou se Gabriela se resolve a usar sapatos... Quando o telefone toca nessa altura, somos tomados de indignação e espanto. A esta hora?!

As pessoas de cultura literária tem naturalmente de indignar os tratos de polé que o célebre romance de Jorge Amado sofreu na versão televisiva, tão escandalosamente livre que a própria palavra “adaptação” se afigura abusiva, apesar da anuência que o autor lhe deu. Na verdade, trata-se duma história quase inteiramente diferente, com as mesmas personagens (que, nalguns casos, delas só têm o nome) e outras, situações novas que “enriquecem” a trama romanesca mas empobrecem a observação humana, excessivamente transplantada para a exploração dos conflitos sentimentais. Há hoje duas *Gabrielas*: a do Jorge Amado e a do folhetim que corre mundo. E tanto o êxito do filme se sobrepôs ao livro que o autor já terá declarado que “perdeu a paternidade” da Gabriela: já não é a personagem que ele criou, mas a actriz que a interpretou perante milhões de brasileiros e agora de portugueses.

Mas a fidelidade à intenção geral da obra junta a uma representação excelente inclinam-nos para certa clemência perante tantos pecados e só por snobismo se diria que não se vê o filme com agrado e sempre com pena de que cada episódio termina tão depressa... Mas não apenas clemência.

Dividem-se as opiniões sobre a oportuni-

dade, quase a “legitimidade” de se oferecer diariamente ao público português um filme que o obceca, quando tantos problemas graves se estão passando no País. Teria ele um papel alienante, levando o povo a esquecer aquilo que mais deve interessá-lo, desmobilizando-o num momento em que a sua participação na luta política e sindical é realmente decisiva. Por outro lado, a “mensagem” do autor, tão diluída ou reduzida a pano de fundo como surge no filme, não seria compreendida por grande parte do público, que atentaria apenas no desenrolar das peripécias sem conseguir integrá-las no contexto sócio-político em que se inserem, atribuindo-as a casos particulares lá daquelas regiões distantes, mais ou menos exóticas, em que se teria passado.

Bem ou mal, não penso assim (“penso não...”). Porque não creio, primeiro, que, apesar de tudo, meia hora de televisão chegue para desviar a atenção da generalidade

das pessoas para o que com elas, directamente e hora a hora, se passa, nos seus locais de trabalho, nas ruas ou quando vão às compras, por exemplo. E não creio, depois, que seja de algum modo inútil fazer ver (a alguns, mostrar pela primeira vez) — mesmo sem esquecer o molho sentimental trazido a primeiro plano — como se passa de um tipo de sociedade para outro tipo da mesma sociedade, a bem marcada diferença de classes, a opressão de uma pela outra e os meios sub-reptícios e sobretudo violentos de que se serve para isso (“nenhuma mudança na sociedade é feita sem sangue”, diz João Fulgêncio *no livro*), as contradições que existem na própria classe dominante e como a força da autenticidade e da pureza humana consegue resistir e persistir, apesar e através dos interesses capitalistas desenfreados, patente em Nacib e sobretudo na própria Gabriela. E a lenta, progressiva (progressista) humanização — vamos a ver se o filme vai

tão longe e como — que “o tempor” (leia-se: a alteração na relação das forças sociais) vai operando em tudo e todos.

Não se pode assistir apenas, sem tomar partido, à marcha dos retirantes em confronto com a estabilidade confortável da boa sociedade de Ilhéus, vendo-se bem ali ao que esta se deve, às manigâncias de vários tipos do dr. Maurício, ao espancamento de Glorinha, à destruição da livraria de Fulgêncio e aos termos em que é feita e comentada pelos próprios que a ordenam. Nem deixar de transportar tudo isso para situações bastante semelhantes que se passaram na Europa e aqui mesmo em Portugal. Se parte do público o não faz, por ter ignorado ou esquecido o que foi e é ainda o fascismo, a culpa não é decididamente de Gabriela mas da crítica que falha num dos seus objectivos fundamentais, que é o de ensinar a ver.

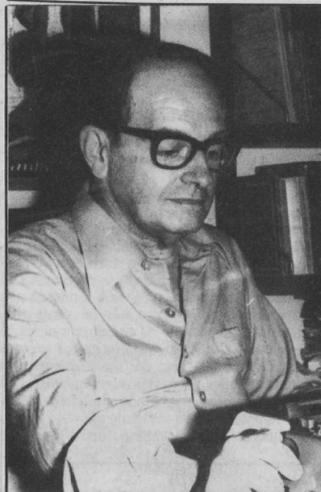
Um dos perigos maiores de certas deturpações cinematográficas ou televisivas de grandes obras é o de erguerem uma espessa barreira entre elas e o público. A grande projecção que então se dá do nome do autor é uma ilusão quanto àquilo que escreve.

Mas, neste aspecto também, Gabriela é um caso, ao que creio, excepcional. Apesar do subproduto que é a telenovela de certo modo contribuir para a tal barreira indesejável, o filme conseguiu alargar substancialmente o público de Jorge Amado em Portugal. Basta dizer que, quando a sua projecção começou, Gabriela, cravo e canela ia na sua 10.ª edição portuguesa (51 000 exemplares) e, neste momento — bem longe ainda do fim do filme —, acaba de sair a 14.ª, o que significa mais 41 000 exemplares em circulação. Ou seja: um novo público, quase tão vasto como o que o autor tinha entre nós antes de as primeiras imagens terem entrado nas casas portuguesas.

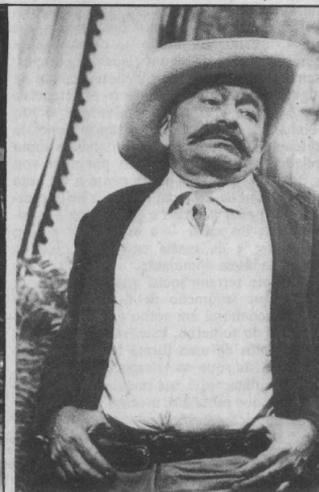
Quanto a mim, quer cultural, quer politicamente (coisas que dificilmente destringo), nada disto é indiferente e, muito menos, prejudicial, tratando-se do livro de que se trata.

Mário Dionísio

Mário Dionísio:  
“A minha opinião, a esta hora?!”



Coronel Coriolano:  
“Fecha-me essa janela!”



de modo algum inútil fazer ver (a alguns mostrar pela primeira vez) — mesmo sem esquecer o molho sentimental trazido a primeiro plano — como se passa de um tipo de sociedade para outro tipo na mesma sociedade, a bem marcada diferença de classes, a opressão de uma pela outra, os meios sub-reptícios e sobretudo violentos de que se serve para isso [...], as contradições que existem na própria classe dominante e como a força da autenticidade e da pureza humana consegue resistir e persistir, apesar e através dos interesses capitalistas (op. cit., p. 36).

Em contraposição também àqueles que consideram que a excessiva atenção do público português pela telenovela *Gabriela*, quando o país enfrentava graves problemas era uma forma de alienação, Mário Dionísio sustenta que não é possível

assistir apenas, sem tomar partido, à marcha dos retirantes em confronto com a estabilidade confortável da boa sociedade de Ilhéus, vendo-se bem ali ao que esta se deve, às manigâncias de vários tipos do Dr. Maurício, ao espancamento de Glorinha, à destruição da livraria de Fulgêncio e aos termos em que é feita e comentada pelos próprios que a ordenam. Nem deixar de transportar tudo isso para situações bastante semelhantes que se passaram na Europa e aqui mesmo em Portugal. Se parte do público não o faz, por ter ignorado ou esquecido o fascismo, a culpa não é decididamente de Gabriela, mas da crítica que falha num dos seus objectivos fundamentais, que é o de ensinar a ver (op. cit. p. 37).

Lembrando, por fim, o perigo das deturpações e/ou do esquecimento das obras literárias decorrentes de

suas adaptações televisivas ou cinematográficas, explica que isto não ocorreu com o romance de Jorge Amado, pois a novela aumentou substancialmente os leitores de *Gabriela, cravo e canela*. Quando a novela começou, o romance tinha 10 edições em Portugal e vendera 51 000 exemplares. E com a novela, no momento, ainda bem longe do seu fim, o romance já estava na 14ª edição, o que significava a entrada no mercado de mais 41 000 exemplares. Assim sendo, Mário Dionísio conclui

dizendo que “quer cultural, quer politicamente [...], nada disto é indiferente e, muito menos, prejudicial tratando-se do livro de que se trata” (idem, *ibidem*).

Hoje, que nova adaptação televisiva está no ar no Brasil e em Portugal, valerá a pena estudar os seus efeitos na leitura e crítica não só de *Gabriela, cravo e canela*, mas também dos demais romances amadianos, cuja recepção beneficia igualmente com a celebração do centenário de nascimento de Jorge Amado.